

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO COMPARADO EM QUATRO PAÍSES LATINO-AMERICANOS

CÉSAR FERREIRA DOS SANTOS^{1,2*}, MARIA SILVIA CRISTOFOLI^{2,3}

1 Introdução/ Justificativa

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, diferentes políticas foram planejadas e implementadas para a educação básica. Muitas delas, voltaram-se o acesso e permanência de estudantes na escola, bem como ações para qualificar a escola contemporânea. Neste sentido, parte das políticas implementadas teve como foco a formação do professor enquanto sujeitos essenciais ao desenvolvimento de uma educação de qualidade. Embora a centralidade da formação desses profissionais destina-se a atender a realidade nacional, tal formação não está isenta de influência das tendências internacionais. Por esse motivo, se faz pertinente conhecer outras realidades educacionais.

Contudo, quando se analisam dados internacionais, percebe-se que no Brasil, ao menos em cursos de formação de professores, esses estudos são pouco conhecidos. Com isso, perdem-se valiosas oportunidades para, ao olhar outras realidades, problematizar a realidade nacional com “novos olhares”. E esse tipo de estudos, como destaca Bonitatibus (1989, p.14), permite que ao estudar outras realidades educacionais e confrontadas com a brasileira, passemos a conhecer melhor nossa realidade educacional. O estudo da formação de professores da educação básica não é um tema novo e há vasta produção acadêmica. Entretanto, estudar a realidade nacional, seus desafios, avanços e influências recebidas trouxe a curiosidade de conhecer como se dá e quais são as políticas voltadas para formação de professores da educação básica em países da América do Sul, que, assim como o Brasil, podem estar sofrendo influências internacionais.

1 Acadêmico do curso de Licenciatura em Pedagogia. Bolsista de IC, UFFS, *campus Erechim*, contato: rasecfd@gmail.com

2 Grupo de Pesquisa: Políticas Públicas, Democracia e Estudos Urbanos

3 Doutora em Educação, UFFS, **Orientadora**.

Para justificar a escolha dos países, optou-se por 3 países-membros do Mercosul educacional (Argentina, Brasil e Uruguai) e um país associado de destaque no cenário sul-americano (Chile). Por último, mas não menos importante, esta pesquisa justificou-se pela necessidade de ampliar a produção brasileira de trabalhos científicos de natureza comparativa, também, pela necessidade de dar visibilidade aos estudos comparados desenvolvidos no âmbito da UFFS, como forma de projetar a nossa universidade no cenário da produção desses estudos, ainda incipientes no contexto acadêmico nacional contemporâneo.

Ao propor uma pesquisa no campo da política educacional, buscou-se suporte teórico em Muller e Surel, quem identificam a política pública como materialidade da intervenção do Estado, e em Souza (2006), de que toda política se constitui numa ação intencional, com objetivos a serem alcançados. Estudiosos da política educacional como Vieira (2007) e Oliveira (2011) têm apontado predomínio de políticas de governo e não de estado. Portanto, identificar tipos de políticas de formação de professores (quer seja de governo ou de estado), natureza das formações, locus de formação, dentre outros aspectos, são importantes e necessários. Assim, a pesquisa teve como foco a dimensão material da ação pública (MULLER; SUREL, 2002).

2 Objetivos

Mapear políticas de/para formação de professores em quatro países da América do Sul, identificando as políticas de formação implementadas nas últimas décadas; Identificar possíveis convergências, divergências e tendências presentes na comparação entre os quatro países.

3 Metodologia

A pesquisa baseou-se na análise documental, com base em Cellard (2010), de documentos escritos e de caráter público, disponibilizados na rede mundial de computadores pelos órgãos educacionais dos países recorte da pesquisa. Constituindo o corpus documental: documentos legais e normativos e páginas dos sites de internet dos ministérios de educação da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.



Em relação à comparação foram desenvolvidas as etapas clássicas dos estudos comparados em educação.

Considerando o aspecto de homogeneidade (GARRIDO, 1996 apud CABALLERO et al, 2016) e heterogeneidade optou-se pela formação de professores para educação básica/*educación fundamental*. Também, pelo critério da organização do estado a pesquisa considerou dois países federativos e dois países unitários. No subprojeto optou-se privilegiar as etapas da descrição (descrição das políticas de formação que foram identificadas em cada país) e da justaposição (identificação de semelhanças, diferenças e tendências).

4 Resultados e Discussão

Após a busca dos materiais, como indicado no percurso metodológico, foram identificados e selecionados documentos sobre formação de professores nos quatro países como apresentado no quadro abaixo.

País	Argentina	Brasil	Chile	Uruguai
TIPO DE DOCUMENTO/ QUANTIDADE	Legislação/normativo (3) Ações/política de formação (1)	Legislação/normativo (7) Ações/política de formação (9)	Legislação/normativo (4) Ações/política de formação (5)	Legislação/normativo (2) Ações/dados de formação (2)
TOTAL	4	16	9	4

A estratégia adotada para obter informações e acessar os documentos foi a consulta aos sites ministeriais e órgãos legislativos e normativos desses países. Dentre as semelhanças, identificou-se em três dos quatro países a inclusão da formação docente, quer seja identificando quem são os profissionais da educação, bem como a indicação do nível de formação (superior) e algumas características do perfil profissional. Esses aspectos constam em documentos (leis) de abrangência nacional. Apenas o Chile não trata deste assunto na sua lei geral de educação.

Tanto o Brasil quanto o Uruguai definiram a partir dos anos 2000 instâncias responsáveis pela formação de professores. No Brasil pela Lei 11.502/2007 essa atribuição passou para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, uma fundação ligada ao ministério da educação. No Uruguai a Ley General de Educación de 2009 propõe a Administración Nacional de Educación Pública (ANEP) e a Universidad de la República como responsáveis pela proposição de programas de formação docente.

As diferenças mais significativas foram identificadas no Chile e na Argentina. No caso do Chile, uma lei de 2016 criou um sistema de desenvolvimento profissional atribuindo a uma instância do ministério da educação desse país (o Centro de Perfeccionamiento, Experimentación e Investigaciones Pedagógicas) o desenvolvimento de programas e atividade de formação docente.

No caso da Argentina, a legislação nacional (Ley de Educación Nacional – 26.206/2006) dedica um artigo para tratar especificamente da política nacional de formação docente. Neste caso, entende-se que o país possui claramente registrada na sua legislação uma política de estado para a formação de professores. Essa política está concretizada num outro documento, uma resolução de 2016 do órgão normativo da educação nacional (Conselho Federal de Educación). Esse documento aprova o “Plan Nacional de Formación Docente 2016-2021). Até o final de 2019, o que se identificou como principal tendência na formação de professores, tanto nos dois países federativos (Brasil e Argentina) quanto nos dois países unitários (Chile e Uruguai) foi a definição em lei de reconhecimento, definição ou criação de políticas nacionais de formação de professores, bem como a identificação das instâncias ou órgãos responsáveis por essa formação. Portanto, um avanço na direção de considerar que a formação docente deve ser uma política de estado.

5 Conclusão

Ao término da pesquisa, com base no referencial teórico e metodológico utilizados, constatou-se a tendência e, posteriormente, a efetivação da formação inicial de professores em nível superior. Também, foi constatado na legislação vigente dos países a menção/existência de políticas nacionais de formação. Essas políticas de formação estão em implementação em três dos quatro países estudados o que é entendido como ação estatal e não de governos.

Referências

- BONITATIBUS, S.G. **Educação comparada**: conceito, evolução, métodos. São Paulo: EPU, 1989
- CABALLERO, A et al. *Investigación en Educación Comparada: Pistas para investigadores*

noveles. **RELEC**, Buenos Aires, a 7, n°9, 2016, p. 39-56

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al (orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MULLER, P., SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Trad. A.Bavaresco e A.R.Ferraro. Pelotas: Educat, 2002

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, UFRGS, IFCH, ano 8, n° 16, jul./dez. 2006, p. 20-45

Palavras-chave: Política educacional; educação comparada; formação de professores; educação básica.

Financiamento: – Bolsas de iniciação científica UFFS (EDITAL N° 1010 GR/UFFS/2018)